

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
INSTITUTO DE ESTUDOS HISTÓRICOS DR. ANTÓNIO DE VASCONCELOS

---

# Revista Portuguesa de História

TOMO XV



COIMBRA/1975

apoie (vias de comunicação, meios de transporte, mercados e feiras), um grupo de homens especializados no comércio, para além de outros factores que se podem considerar «exteriores» (criação ou aparição de «pólos de atracção», aparecimento de necessidades «sociais» por parte de uma classe, hábitos alimentares ou exigências religiosas, acção dos poderes locais e centrais sobre o comércio e um estado de agitação com guerras ou tumultos). Partindo destas premissas gerais o autor exemplifica o comércio local, regional e inter-regional nas regiões da coroa de Castela num bom estudo paradigmático para outras zonas. Do caso particular e considerações gerais ressalta vivamente a importância do comércio interno na história medieval «como reflexo e agente da transformação das estruturas» sendo «o elemento que permite provavelmente melhor apreciar o nível das forças produtivas, o estágio atingido pela divisão do trabalho, o jogo das relações entre produtores directos do campo, senhores do solo e artesãos». A última comunicação de A. J. Martin Duque descreve-nos a rica fonte dos registos de portagens do reino de Navarra no século XIV que desde logo sugere interessantes tópicos sobre facetas várias do comércio.

O balanço final desta obra parece-nos altamente positivo, em particular no que concerne às modernas perspectivas historiográficas de encarar velhos mas cruciais problemas da história medieval que se nos apresentam com uma outra amplitude, clareza e relevância no curso do evoluir humano.

MARIA HELENA DA CRUZ COELHO

JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO — *Uma estimativa da população portuguesa em 1640*. Lisboa, 1975. Separata de «Memórias da Academia das Ciências», volume XVI, pp. 213-303. Lisboa, 1975.

A já longa bibliografia do Doutor Joaquim Veríssimo Serrão acaba de ser acrescentada por diversos trabalhos, dos quais destacamos, para esta nota, o que diz respeito à demografia histórica <sup>(1)</sup>. As

C<sup>1</sup>) Referimo-nos apenas às publicações aparecidas desde 1975. Não é a primeira vez que o autor se debruça sobre a história da população portuguesa.

obras desta natureza são tão poucas em Portugal, não obstante a sua necessidade, que, quando surgem, não podemos deixar de registá-las com entusiasmo. Com esse espírito lemos e apreciamos *Uma estimativa da população portuguesa em 1640*.

Trata-se de uma comunicação apresentada à Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa, em 10 de Maio de 1973, da qual tivemos um primeiro conhecimento pela imprensa diária de então e, depois, através do seu resumo publicado no «Boletim da Academia das Ciências de Lisboa», nova série, vol. 45, fase. II, Abril-Junho, Lisboa, 1973, pp. 101-104. Acabávamos então de redigir alguma coisa sobre este tema e período <sup>(2)</sup> e, naturalmente, pode calcular-se a expectativa com que aguardámos a publicação final do trabalho.

O fundo da comunicação baseia-se no *ms.* da Biblioteca Nacional de Paris, *manuscrits espagnoles*, códice 324, fl. 29-36 v. Como o autor demonstra, trata-se de um resumo, em espanhol, da maior parte da obra de Rodrigo Mendez Silva, *Población General de España*, editada pela primeira vez em 1645, na parte que diz respeito a Portugal <sup>(3)</sup>.

Tanto a *Población General de España*, como o seu resumo manuscrito, contêm uma multiplicidade de informes referentes a Portugal (único espaço geográfico que importa agora considerar) que foram aproveitados por Veríssimo Serrão. Este autor deu relevância, porém, como o nome do seu trabalho indica, aos dados sobre a população e apenas a eles nos vamos também referir.

Problema debatido, e controverso, é o do sentido da evolução da população portuguesa entre 1527, data de um numeramento geral dos portugueses, e o fim do governo filipino, período em que se julga ser possível determinar também a população total do País. Uma

<sup>(2)</sup> António de Oliveira, *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*. Coimbra, 1971-1972, 2 vols. O assunto está referenciado no vol. I, pp. 185 e segs. e no vol. II, pp. 391 e segs.

<sup>(3)</sup> Indicamos apenas o que foi publicado por Veríssimo Serrão. O *ms.* é uma «description abrégée des villes de toutes les Espagnes y compris le Portugal» (Morel-Fatio). O parentesco entre o códice e a lição impressa é inegável. Mas qual a data do manuscrito? Sendo como o autor afirma, fica superada a posição de Joaquim Antero Romero de Magalhães, *Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI*. Lisboa, 1970, p. 243.

corrente de opinião outrora muito divulgada, mas que radica, segundo julgamos, numa leitura incompleta de Severim de Faria, e mesmo de Rebelo da Silva, entre outros, inculca um decréscimo populacional por volta de 1640 em relação a 1527. Veríssimo Serrão é de opinião contrária e «prova», através do documento que analisa, um aumento da população portuguesa em 1640 em relação ao numeramento joanino.

Temo-nos inclinado também para esta posição, embora admitamos a possibilidade de um dia se demonstrar, no conjunto do País, um decréscimo em relação ao tecto atingido no século XVI. A curva, no ponto de 1640, situar-se-ia, porém, nesta hipótese, a um nível superior ao de 1527(4).

A dificuldade das conclusões promana, como é óbvio, do estado actual das fontes. Não admira, por isso, que se insista na sua crítica.

Veríssimo Serrão baseia-se, directamente ou por interpolação, em Rodrigo Mendez Silva. Que crédito, porém, nos merecem os dados da *Población General de España*?

Mendez Silva recolheu os informes para a redacção desta obra, como ele próprio o afirma e fica divulgado, ao longo de muitos anos. A bibliografia apontada para fundamentar cada rubrica permite-nos ajuizar de muitas das fontes efectivamente utilizadas. Mas o elenco também nos prova que, pelo menos muitas das vezes, não foi nas obras aduzidas que colheu os dados populacionais. Qual teria sido, então, a origem destas informações numéricas?

Veríssimo Serrão aceita, como muito provável (nota da p. 222), ou mesmo sem reticências (p. 227), «que a elaboração da obra de Mendez Silva e, por consequência, o manuscrito de Paris tivessem como base as listas mandadas reunir pela duquesa de Mântua, desde 1636 a 1639, para a avaliação dos homens aptos para o serviço militar» (5). Possível, tê-lo-ia sido, dado que não constituíam segredo os efectivos militares que se poderiam recrutar no conjunto de Portugal. Mas seria do domínio público o conhecimento das parcelas do recrutamento, ou pelo menos teria tido Mendez Silva acesso a essas fontes?

(4) A imagem é válida, pelo menos, para a zona de Coimbra, como afirmamos na nossa obra acima indicada.

(5) E na p. 219 escreve: «tem de concluir-se que utilizou informes particulares e listas já elaboradas para o efeito».

Ao longo do período filipino, sobretudo a partir de cerca de 1626, o governo mandou eleborar, por diversas vezes, o recenseamento dos militares portugueses. A defesa do ultramar e do continente assim o exigia. Temos presente uma multiplicidade de ordens nesse sentido, aceleradas quando chegavam a Lisboa ou Madrid informações sobre a partida ou preparação de armadas inimigas. Conhecemos também os recenseamentos de certas localidades. Alguns deles apresentam informações globais, mas outros são constituídos por listas nominativas, chegando a apresentar, individualmente, a idade dos arrolados, o estado civil e as armas que possuem <sup>(6)</sup>.

Em 1639, e pelo menos para o Algarve, foi mandado proceder a novo alistamento <sup>(7)</sup>. Quer este se tivesse realizado, ou não, a nível \* lo

O<sup>5</sup>) No trabalho indicado na nota n.º 2 há referências a esta problemática e em breve voltaremos ao assunto. De momento, e apenas para elucidar o que afirmamos, apresenta-se um extracto de um documento datado de Madrid a 6 de Julho de 1635: «Que en estas ordenes se encargo, que va conociéndose la gente, que ay en cada lugar de cavallo, y de a pie; la que tiene armas y que suerte délias; la que esta desarmada, por quantas compañías esta repartida; los soldados que son desobrigados, y los que no lo son; se hiziesen listas que se ymbiarian a la Señora Princesa con toda la claresa, declarándose también, los que conforme al regimento de las ordenanzas deben/según su posibilidad. tener caballo, y no lo tienen; y que estas listas se irán ajustando asy como se fueren recibiendo, para por ellas se hazer la relación que Vuestra Magestad mando se le ynbiase» (A. G. de Simancas, *S. P., Portugal, ms.* 1748, fl. 65). Mas as ordens sobre as prevenções militares não foram totalmente cumpridas. No ano seguinte, com efeito, voltava-se a aconselhar que fossem nomeadas duas pessoas capazes e experientes no ofício da guerra «a vizitar el Reyno, y que repartindose entre estas personas las comarcas del, cada uno en las de su repartición, vaya reconociendo todolo que toca a la milicia de los lugares della con jurisdicion para prover en lo que foere neçessario, assy en la elleccion de los oficiales, como en la reformation de compañías, o creacion délias, si assy lo tuviere por convnientes respecto del numero de la gente. Y que viendo personalmente los puertos en que se puede desenbarcar, y lo que en ellos se deve hazer para quedar deffensables, los disponga luego, concurriendo en ello los pueblos; y que yendo continuando en esta conformidad; avisando a Lixboa de lo que se les fuere offreciendo, acabado de vizitar se recojan traendo listas de la gente de a pie, e de a caballo de cada comarca, y particulares de cada uno de los lugares della y de los que van a exercitarse, de las armas que la gente tiene, y de las que le faltan, traendo relación de los puertos que fortificaron [...]» (A. G. de Simancas, *S. P. Portugal, ms.* 1478, fl. 257). A esta proposta o monarca respondeu que já havia tomado resolução, como «havreis visto», e manda executá-la em 15 de Março de 1636.

<sup>(7)</sup> Com «mucho trabajo y cuidado» executou o governador do Algarve «una relación de la infanteria, armas, y cavallos de la ordenança de aquel Reyno

do País, a verdade é que se conhece um cómputo global dos recrutáveis deste ano. O numeramento não poderia ter deixado de chegar oficialmente a Madrid e foi difundido, pelo menos na soma total, por vias particulares. Assim procedeu, por exemplo, em 26 de Abril de 1639, o jesuíta Sebastian Gonzalez, escrevendo de Madrid para Sevilha (\*<sup>8</sup>) e, pela mesma altura, o relatou o autor da descrição da imponente parada militar que teve lugar em Lisboa em 8 de Abril de 1639 (<sup>9</sup>).

y de la artillería pólvora y munições que hai», o que lhe valeu a proposição de um «louvor», por parte da Junta encarregada desta matéria, em Fevereiro de 1639: «parece que Vuestra Magestad se deve mandar agradecer mucho el cuidado que en esto poso [...]». A infantaria estava ordenada em 52 companhias que totalizavam 8 565 soldados, dos quais estavam desarmados 3 457. Os «cavallos effectivos» eram 408. Ficaram por alistar «fidalgos e nobres» (A. G. de Simancas, *S. P. Portugal, ms.* 1471, no início). (Julgamos desnecessário, para esta nota, transcrever as armas e munições). Atente-se que há notícia de uma outra resenha do Algarve feita por volta de 1601. Teriam então sido contadas 620 pessoas de cavalo e 8 680 de pé. Este total de 9 300 atingia, 20 anos depois, 11 052 pessoas, na fé do mesmo informador, Alexandre Massay. (Fonte indicada e aproveitada por Joaquim Antero Romero Magalhães, ob. cit., p. 245, nota I; não procedemos à crítica de Massay). Duas décadas depois (1640) os efectivos teriam ligeiramente diminuído, se as contagens estão certas, voltando aos cálculos do princípio do século. Se tomarmos a zona de Coimbra por paradigma (e não tivermos a preocupação das coincidências cronológicas), a ondulação é verosímil.

(<sup>8</sup>) *Memorial Histórico Español*, tomo XV, p. 234, e obra citada na nota 2, vol. I, p. 185, nota 3.

(<sup>9</sup>) Escreveu-se então: «Y la milicia ordinaria del Reyno, que conforme las minutas originales (y no han llegado todas) están alistadas docientas y nueve mil seiscientas setenta y siete personas. Y de estas ay armadas ochenta y cinco mil trecientas e sesenta : y quedã libres para poder acudir à qualquier caso, veinte y cinco mil trecientas y ochenta y siete. Y de cavalleria consta aver levantados mil docientos y cinquenta cavallos, sin las compañías dichas que se están haziendo, con que en pocos dias, y en limitadas horas podra S. A. juntar el exercito referido para la ocasión que se ofreciese, ò S. Magestad mandase». E acrescentou-se, a propósito da «muestra»: «Los estrãgeros que estavam a la mira en los navios, quedaron suspensos, y atónitos de la acción, y tanto que à otro dia huvo quien en su lengua les oyó conferir, eran mas de trenta mil hombres de guerra los que avian visto juntos». (*Discurso ajustado con la muestra que hizo de la gente de guerra en la ciudad de Lisboa [...] en 8 deste mes de Abril año de 1639*. Exemplar impresso da Biblioteca Nacional de Madrid, *ms.* 2 370, fl. 293-294). Mas Severim de Faria, no entanto, calculou para «a mostra» apenas 12 000 infantes e 300 homens de cavalo, sem contar a nobreza, que não participou armada (B.N.L., *COD* 241, fl. 336v). O informador referenciado na nota anterior indica, por sua vez, que estavam alistados, em 1639, «doscientos vinte y tantos mil». Havia armas para mais de 80 000 e «estos están puestos en nómina para valerse dellos, si la necesidad fuere tan urgente que la pida».

É bem plausível que Mendez Silva não desconhecêsse a efectuação dos alistamentos e que tivesse fácil acesso à informação. Mas é de estranhar, se aproveitou estes dados, que lhe não faça referência. De qualquer modo, o que Mendez Silva teria podido consultar não seria outra coisa do que listas de possíveis soldados e nunca uma estatística da população. Significa esta hipótese que Mendez Silva, mesmo que tivesse usado as listas, não poderia deixar de multiplicar o número de soldados por um coeficiente para obter o total de «vizinhos» que atribui às localidades que refere.

O exacto conhecimento deste hipotético coeficiente seria de alto interesse para calcularmos a população total. Mas qualquer que tivesse sido, não deixaria de ser uma estimativa, dado que o número dos recrutáveis não foi efectuado tendo em conta uma certa relação com os efectivos populacionais.

É provável, porém, que não tenham sido as listas dos soldados que estiveram na base das informações quantitativas da *Población General*. Pelo menos parece não estar subjacente à determinação do número de vizinhos um coeficiente. Por outro lado, também não seria nas listas dos militares que poderia ter colhido uma outra informação quase constante, o número de paróquias das terras que tratou. Não estará aqui uma pista para descobrir as suas fontes? (\* \* 10).

Mendez Silva não fez a cobertura de todo o País. Muitas das vilas não estão mencionadas <sup>(n)</sup> e as «aldeias» referidas não chegam a duas dezenas. Também nem sempre se toma claro interpretar, no que diz respeito às cidades e vilas, se a população que indica

(10) Para cada localidade, Mendez Silva indica a bibliografia utilizada. Na «prueba de lo referido» há, por vezes, indicação de informações manuscritas que lhe foram enviadas. Ex.: para Palmeia («papeies fidedignos manuscritos, que me comunicó don Diego Lobo, prior mayor suyo»); Miranda do Douro («relaciones fidedignas manuscritas, que tengo en mi poder»); Vila do Conde e Caminha («consta lo sobredicho de papeles manuscritos que tengo en mi poder, comunicados por el doctor Juan Salgado de Arauxo, Abad de Pera»); Beringel («assi lo vi en papeles auténticos»), etc. E numa das páginas não numeradas da edição de 1675 está escrito: «y no entran en numero los lugares, y Pilas de los obispados de Albarracin, y Canaria, ni los de Portugal allende el mar, aunque van puestos en sus Metropolis, por no aver avido forma de averiguar los que ay».

Como se teria informado da população? Algumas das relações indicadas poderiam conter o número de vizinhos.

<sup>(n)</sup> A julgar pelo confronto com a lista de 1527.

é apenas a «urbana», ou se o cômputo apresentado engloba a sede e o termo.

Veríssimo Serrão não teve dúvidas em explicitar de que se trata de efectivos «urbanos» (Quadro I), o que, na verdade, a fonte parece justificar. Mas quando trata da população das cidades julga toma-se «forçoso admitir que o cômputo incluía as freguesias rurais que lhes eram vizinhas» (p. 224). A aparente indeterminação do autor é legítima em virtude da grandeza numérica que a fonte atribui a algumas delas <sup>(12)</sup>. Mas não estamos aqui em presença de mais uma razão

<sup>(12)</sup> Continuamos a não aceitar, como já o fizemos em *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*, vol. I, p. 188, a população que atribui a Coimbra (5 000 vizinhos), se efectivamente se trata de população urbana. Mendez Silva atribui-lhe, por outro lado, 3 000 estudantes, mas as estatísticas publicadas pelo Dr. António de Vasconcelos explicitam apenas, para o quinquênio de 1639-1644, uma média de 4 650 matriculados na Universidade, o que dá 930 matrículas por ano. (Cf. António de Vasconcelos, *Escritos vários*, vol. II. Coimbra, 1941, pp. 121-122).

É possível, em futuro próximo, contrastar alguns dos elementos fornecidos por Mendez Silva. De momento, pode citar-se o caso do Alvor, embora só possa tirar conclusões seguras quem conhecer a extensão do seu alfoz.

Em 1527 Alvor e termo tinham 163 vizinhos (A.N.T.T., *Livraria*, ms. 870, fl. 36; já por diversas vezes chamámos a atenção para a possibilidade de conhecer os efectivos demográficos dos lugares principais que não figuram na actual lição do numeramento joanino; a totalidade do Algarve é de 9 918 vizinhos). Em 1621 contavam-se já 380 vizinhos na vila e termo. (Cf. Joaquim Antero Romero Magalhães, *ob. cit.*, p. 34). Logo, um crescimento de 133,12 % em relação a 1527. Mendez Silva atribui 350 vizinhos (à vila).

Em 9 de Julho de 1635 havia no Alvor 16 homens de cavalo e mais 2 ou 3 soldados em condições de possuí-los. A infantaria era contituída por duas companhias. A dos homens de terra tinha, além do capitão, 73 soldados (sendo 51 casados, 18 solteiros e 4 sem armas). Estas eram constituídas por 64 arcabuzes e 5 mosquetes. A companhia do mar era formada, além do capitão, por 35 soldados (23 casados e 12 solteiros), com 32 arcabuzes e 3 mosquetes. (A espécie das armas é elemento a notar num estudo de estrutura socio-económica). O documento contém outros dados de interesse local. (A.N.T.T., C.C., P. II, m. 367, doc. 113).

A Idanha atribui Mendez Silva 60 vizinhos. Desta cidade, nos fins do século XVI, disse Pedro de Mariz ao referir o seu despovoamento: «não ha nella hoje setenta vizinhos» (*Dialogos de varia historia*, p. 88 da ed. de 1672).

A *Población General* atribui a Lisboa, por sua vez, 50 000 vizinhos (não haverá exagero?). Veríssimo Serrão engrandeceu-a ainda mais. Mas o *Quadro II* que apresenta não estará em desacordo com a fonte que transcreve na página 245? Na *Población* está este mesmo quantitativo.



para indagar a base informativa de Mendez Silva fora das listas dos soldados? <sup>(13)</sup>

Não estendendo Mendez Silva o cômputo a todo o País, Veríssimo Serrão teve de recorrer a um artifício para o poder calcular: acrescentou os dados fornecidos por Severim de Faria, Nicolau de Oliveira e D. Rodrigo da Cunha, para tempos e regiões diversas (p. 227-231), e determinou, por cálculo, a provável população rural. Trata-se de um arbitrio, como não podia deixar de fazer quem se abalancasse a semelhante estimativa. Não tem sentido, por isso, criticar o arbitrio, como atitude metodológica <sup>(14)</sup>, nem há necessidade de chamar

<sup>(13)</sup> Alguns dados populacionais de Mendez Silva são idênticos aos apresentados por Manuel Severim de Faria nas suas «Viagens em Portugal». (Cf. *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria. 1604-1609-1625*. Lisboa, 1974, editadas por Joaquim Veríssimo Serrão; judiciosas considerações de natureza demográfica na «Introdução»).

Atente-se que Severim de Faria conheceu e utilizou a *Población de España*. Baseando-se precisamente em Mendez Silva, concluiu haver grande falta de gente em Castela: «não tem hoje aquelles Reynos a decima parte da gente, que antigamente tinham». Portugal, pelo contrário,— e sublinhe-se a anotação — «ainda que também neste Reyno se tem sentido a falta de gente, pela que vay para fóra da Barra para as nossas conquistas; com tudo vemos, que em sua proporção está o Reyno muito mais povoado, que o de Castella» [*Noticias de Portugal*, p. 49 da ed. de 1740, no «Discurso II. Sobre a ordem da milicia [...]»].

<sup>(14)</sup> Não aceitamos, no entanto, o critério usado para calcular a população «rural». Pondo agora de lado o critério económico-sociológico, pode considerar-se população «urbana», para o efeito que pretendemos, a residente nos corpos das cidades e vilas. A dos termos, dos alfozes, será, assim, a rural. Portugal é, e foi, um País sem cidades. (Cf., a propósito, José Gentil da Silva, *Vida urbana e desenvolvimento: Portugal, país sem cidades*, em «Arquivos do Centro Cultural Português», vol. V, p. 746). A maioria da população de hoje é rural. (Olhe-se, por exemplo, para o *Gráfico III*, da p. 38, da obra de António de Sousa Franco, *A população de Portugal. Notas para um estudo da estrutura demográfica portuguesa*. Lisboa, 1969). E assim aparece também no censo joanino e noutros, regionais, do século XVI Como se comporta em 1640?

Veríssimo Serrão julga que «tudo permite aceitar que fosse reduzida a população do mundo agrário, constituindo talvez 1/3 dos habitantes do País». Mas se era, efectivamente, um terço da população, como é possível fundamentar o crescimento demográfico sem apresentar uma contrapartida urbana? Em 1527 passava-se exactamente o contrário: a população «urbana» devia representar uns 33 % dos efectivos totais. (Referimo-nos ao conjunto do País; as regiões não apresentam todas a mesma distribuição, como é fácil de reconhecer).

Não é possível averiguar, a nível do País, pelo menos por enquanto, se esta proporção se manteve, ou em que grau variou. Mas uma coisa é certa: por volta

a atenção para a relatividade dos algarismos obtidos. O que importa, isso sim, é acentuar, como fez o autor, a aceitação do verosímil e poder estimar a população portuguesa, por volta de 1640, em cerca de 1 300 000 habitantes. Com esta conclusão termina o autor por defender o acréscimo populacional do País em relação a 1527 e extrair dele algumas implicações subjacentes ao movimento da Restauração.

Apraz-nos registar a conclusão da crecença que Veríssimo Serrão extraiu dos números fornecidos por Mendez Silva, sem, no entanto, nos solidarizarmos com a ordem de grandeza do cálculo. É possível, com efeito, a partir da *Población General*, projectar grandezas diferentes das que apresenta Veríssimo Serrão.

Considere-se, por exemplo, o crescimento médio da população das cidades e vilas que tratou, por volta de 1640, em relação acerca de 1527 <sup>(15)</sup>. Se em todo o País o crescimento «urbano» se tivesse

de 1622, a zona rural da diocese do Porto não tinha diminuído em relação a 1527. Com efeito, as comarcas de Sobre Tâmega e Feira acusam pelo menos um crescimento de uns 80%. Para as de Penafiel e Maia foi-nos mais difícil efectuar os cálculos, mas conseguimos identificações que fundamentam uma crecença de pelo menos 50%. Na comarca da Feira, as localidades comuns aos numeramentos joanino e de D. Rodrigo da Cunha que não pertenciam ao termo do Porto, permitem alicerçar um crescimento de mais de 90% em relação a 1527. (Servimo-nos das informações do numeramento joanino, multiplicando os dados pelo coeficiente quatro, e os róis publicados por D. Rodrigo da Cunha, em *Catalogo e historia dos bispos do Porto*. Porto, 1623; a utilização do coeficiente cinco aumenta, como é óbvio, a percentagem). O sentido da evolução demográfica das circunscrições referidas não pode deixar de ser acentuado no que diz respeito às zonas rurais. (A mesma tendência, relembramos, se verifica na zona de Coimbra). Considere-se, no entanto, que no conjunto de 10 lugares dos 17 que Mendez Silva notou na *Población*, o crescimento é muito pequeno (pouco mais de 3%). Dada a singularidade de algumas localidades que apresenta, natural é que a sua área se tenha modificado entre 1527 e cerca de 1640. (Não tentámos a verificação).

O aumento da população rural não justifica, por si só, que não seja 1/3 da urbana. Mas atente-se num exemplo, embora singular, o da vila da Feira: em 1527 a sua população total representava 2,25% da do termo. Por volta de 1622, não obstante ter proporcionalmente crescido mais que o termo, a relação, no conjunto identificado, é de 4,22%. (No mesmo conjunto, em 1527, era de 2,99%.)

Veríssimo Serrão, de resto, apesar da posição genérica assumida, acabou por acrescentar ao terço hipotético a população rural arrolada pelos autores que cita.

<sup>(15)</sup> A população urbana das localidades tratadas por Mendez Silva, com correspondência no censo joanino, aumentou, em média, uns 122% em relação a 1527. É bem possível que esteja exagerado este crescimento (cf. nota 12). A percentagem obtida, de resto, não é absoluta, dado que não verificámos a extensão das áreas de

efectuado na mesma proporção, e se a percentagem da população «rural» em relação à «urbana» se não tivesse grandemente alterado, os efectivos populacionais do continente ultrapassariam os 500 000 fogos. Este número, obtido por uma simples regra de proporcionalidade, exprime uma ordem de grandeza que não pode deixar de causar alguma admiração <sup>(16)</sup>. Mas o próprio Mendez Silva permite alicerçá-lo ainda por outra via. Com efeito, este autor atribui à Comarca de Entre Douro e Minho 100 000 vizinhos <sup>(17)</sup>. Se pudéssemos estender a todo o País esta ordem de crescimento, estabelecida em relação a 1527, a população portuguesa andaria pelos 510 000 fogos (na base de 280 500 fogos para o numeramento joanino) <sup>(18)</sup>.

cada lugar. O crescimento global para uma parte do País (como se indica nas notas seguintes), situa-se, em relação aos finais do primeiro quartel do século XVII, por volta dos 80%. Mas o Algarve acusa apenas uma crescença de 48,21%.

<sup>(16)</sup> O suporte do cálculo consideramo-lo suficientemente seguro. O aparente exagero deve provir não do «modelo», mas dum provável excesso na percentagem de crescimento devido aos números que Mendez Silva apresenta.

<sup>(17)</sup> Distribuídos por um espaço de 18/12 léguas. (*Población* [...], fl. 144 v. da ed. de 1645). O cômputo da população de Entre Douro e Minho não deve estar muito mal calculado. Com efeito, não só o crescimento apresentado (81,87%) se aproxima dos valores expressos na nota 14, como há um elemento importante que permite contrastá-lo: em Janeiro de 1624 o cabido da Sé de Braga afirmava que na sua diocese havia «324 V 624 almas de sacramento afora meninos» (B. N. de Madrid, *ms.* 2 355, fis. 433-434). Se atribuirmos aos «menores» 22% do conjunto, percentagem autorizada pelos dados fornecidos para a diocese de Porto, por volta de 1622, por D. Rodrigo da Cunha na obra citada, a população sobe para cerca de 400 000 unidades, que bem podem ser os 100 000 vizinhos.

A diocese de Braga extravasava para a Província de Trás-os-Montes, mas o que de Entre Douro e Minho pertencia à diocese do Porto deveria, em termos de população, compensar a diferença. Não tivemos oportunidade de proceder ao cálculo, mas um olhar pelos mapas e pelos números fornecidos por D. Rodrigo da Cunha leva-nos a concluir pelo verosímil da presunção.

Se aceitarmos a informação de Mendez Silva, pode concluir-se que 19,6% da população de 1527 aumentou 81,87%. Um dado a registar. Mas o Algarve, no mesmo período, cresceu apenas 48,21 %. O cálculo foi efectuado para todo o Algarve, com excepção da Vila de Santo António, que tinha 14 moradores em 1527. (Os dados para 1621 extraímos-os de Alexandre Massay, através do quadro da p. 34 da ob. c. de J. A. Romero Magalhães).

<sup>(18)</sup> O quantitativo é apenas o resultado de uma proporção sem qualquer correctivo. É de presumir (e para o Algarve é provável, como se indica noutra nota), diferenças de crescimento nas diversas províncias. A média de Entre Douro e Minho e do Algarve, por volta de 1621, poderá ser de 65% em relação

As grandezas que evidenciamos, dependentes, em primeiro lugar, da credibilidade da fonte utilizada, não são resultantes dum simples gosto pelo jogo dos números.

Além de permitirem sugerir, como parece, uma ordem de grandeza diferente da apresentada por Veríssimo Serrão, aproximam-se de um cálculo «oficial» da população portuguesa feito poucos anos antes de Mendez Silva publicar a *Población General de España*. Na verdade, em 1642, ao calcular-se o rendimento de um novo tributo de guerra imposto sobre o consumo de cereais, o efectivo populacional português foi estimado em «dous milhões de pessoas» (19). Mas este número, que tem sido aceite por alguns autores (por exemplo, Vitorino Magalhães Godinho, Sousa Franco, Maria de Lurdes Akola do Carmo Neto), é o equivalente, *grosso modo*, à grandeza que extraímos, através da aritmética, de Mendez Silva.

É por estes motivos, entre outros, que julgamos o efectivo populacional apresentado por Veríssimo Serrão calculado por defeito. Não podemos, no entanto, propor neste momento uma quantificação, dado que as nossas dúvidas quanto à exactidão das informações de Mendez Silva subsistem e a tentativa de calcularmos a população portuguesa através da estimativa militar de 1639, por mais que fizéssemos e refizéssemos os cálculos, não nos pareceu que, por agora, pudesse apoiar a nossa intenção (20). Nestes termos, a problemática

a 1527. É precisamente esta percentagem, ou outra pouco diferente (dependente do coeficiente utilizado), que permite contar dois milhões de portugueses.

(19) «A imposição que parece se faça de novo no trigo segunda senteo, e milho como consulta a Junta estimando que serão dous milhões de pessoas se entende que valera 1V000V000 cruzados» (Cláudio Chaby, *Synopse dos decretos remetidos ao extinto conselho de guerra* [...], Lisboa, vol. I, p. 34).

A informação está contida num decreto «sobre a distribuição da gente que o reino, em cortes, tinha prometido para a sustentação da guerra contra Castella», de 10 de Julho de 1642.

A gente de guerra então julgada necessária constitui uma pequena parte dos recrutáveis de 1639 (menos de um décimo).

(20) A pequenez da população, calculada através do recenseamento militar, pode resultar do desconhecimento da estrutura demográfica e do modo preciso como foram elaboradas as listas. O primeiro documento da nota 6, acompanhado do que se conhece da interferência dos senhorios quanto ao alistar de soldados nas suas terras, é já uma prevenção: quantos nomes ficaram de fora?

Antecipando-nos ao estudo das listas conhecidas — que a índole desta nota e o tempo de que dispomos para a redigir não permitem apresentar agora —, cha-

continua aberta, não obstante os contributos últimamente surgidos, dos quais se destaca o trabalho de Veríssimo Serrão que deu ensejo a esta nótula.

O autor enriqueceu a publicação com onze mapas onde foram localizadas, por um certo agrupamento do número de vizinhos, as terras citadas por Mendez Silva. Pode reparar-se, no entanto, a inclusão dos «lugares» no conjunto das vilas.

ANTÓNIO DE OLIVEIRA

mamos a atenção para uma delas, a de Vila Nova de Mil Fontes, efectuada em 1635.

Nesta localidade só foi possível constituir uma companhia, na vila e termo, «por ser tera muito prove e ser perto do mar e aonde esta hua fortalleza de Sua Magestade com hum só bombardeiro e desemparada por falta de soldados». De capitão servia um lavrador (Bartolomeu Gonçalves), por ordem da Câmara. Somando «capitão allferes sargento escrivão meirinho tres cabos d'escoadra» havia 67 soldados de infantaria. A cavalaria contava com 5 de cavalo e mais dois que os podiam ter.

A análise das idades (da infantaria), oscilando entre os 20 e 70 anos, colocamos perante uma companhia de «velhos» e de casados. A idade mais frequente é a dos 40 anos, seguida dos de 30. Os desta idade são 47,76% do total. Os soldados de 30 a 70 anos constituem 71 % do conjunto, ficando reservado, portanto, 29% aos de 20 a 29 anos. (A percentagem foi calculada num total de 66 unidades; a um dos elementos não foi atribuída idade). Na cavalaria sucedia o mesmo: três de 35 anos e um de 17, 27, 30 e 53 anos. Na companhia de infantaria havia apenas quatro solteiros e três viúvos. Os outros, casados. (Na cavalaria havia pelo menos um solteiro e três casados). (A.N.T.T., C.C., P. II, m. 367, doc. 148).

Os agrupamentos etários são reveladores. Mas onde estão os mais jovens e solteiros? Suspendemos, por agora, a resposta. Relembremos apenas que no censo joanino foram inscritos 77 moradores a favor da vila e termo. (Cf. Braamcamp Freire, *Povoação de Entre Tejo e Guadiana no XVI século*, em «*Archivo Historico Portuguez*», vol. IV (1906), p. 334).